ABIHPEC
Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

São Paulo, 25 de maio de 2020.

Informativo de Comércio Exterior
ICE Nº 04 – Ano 06

Publicação de Legislação de Comércio Exterior – Abril de 2020

1- Resumo de legislação de comércio exterior no mês de Abril de 2020

- **Lei Nº 13.993, de 23 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 24/04/2020** Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13993.htm

- **Decreto Nº 10.302, de 1º de abril de 2020 – Publicado no DOU Extra de 01/04/2020** Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10302.htm

- **Decreto Nº 10.305, de 1º de abril de 2020 – Publicado no D.O.U. de 02/04/2020** Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10305.htm

- **Decreto Nº 10.307, de 02 de abril de 2020 – Publicado do D.O.U. de 03/04/2020** Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10307.htm

- **Decreto Nº 10.327, de 27 de abril de 2020 – Publicado no D.O.U. de 28/04/2020** Altera o Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019, que institui o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acessão da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10327.htm

- **Instrução Normativa RFB Nº 1931, de 02 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 02/04/2020** Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de

fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108353

- **Instrução Normativa RFB Nº 1934, de 07 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 07/04/2020** Altera as Instruções Normativas SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001, que dispõe sobre as declarações de espólio, e nº 208, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a tributação, pelo imposto sobre a renda, dos rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior e dos ganhos de capital apurados na alienação de bens e direitos situados no exterior por pessoa física residente no Brasil e dos rendimentos recebidos e dos ganhos de capital apurados no País por pessoa física não-residente no Brasil.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108443

- **Instrução Normativa RFB Nº 1936, de 15 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 15/04/2020** Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108623

- **Instrução Normativa RFB Nº 1937, de 15 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 15/04/2020** Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos e condições para a realização de operações de importação por conta e ordem de terceiro e por encomenda.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108624

- **Instrução Normativa RFB Nº 1940, de 20 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 20/04/2020** Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, que dispõe sobre o tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108723

- **Instrução Normativa RFB Nº 1943, de 28 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 29/04/2020** Altera a Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o controle aduaneiro informatizado da movimentação de embarcações, cargas e unidades de carga nos portos alfandegados.

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108898

- **Portaria ALF/ITJ Nº 43, de 30 de março de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 02/04/2020** Estabelece regras para o atendimento no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí (ALF/ITJ), inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108291

- **Portaria ALF/GRU Nº 38, de 31 de março de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 02/04/2020** Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108282

- **Portaria ALF/GIG Nº 67, de 16 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 22/04/2020** Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega do Aeroporto Internacional do Galeão, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108735

- **Portaria ALF/RJO Nº 39, de 22 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 23/04/2020** Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108763

- **Portaria ALF/IGI Nº 7, de 22 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 23/04/2020** Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega do Porto de Itaguaí, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108762

- **Portaria IRF/SLS Nº 5, de 22 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 23/04/2020** Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria e a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, nos recintos jurisdicionados pela Inspetoria da RFB no Porto de São Luís, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108754

- **Portaria ALF/FOR Nº 7, de 22 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 23/04/2020** Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria e a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega da Fortaleza, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108753

- **Portaria SRRF03 Nº 207, de 22 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 24/04/2020** Dispõe sobre a entrega de documentos relativos aos procedimentos de habilitação previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108789

- **Portaria SRRF08 Nº 393, de 27 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 30/04/2020** Permite a criação de Centros de Conferência Remota - CONFERE - para verificação de bens e mercadorias submetidas a controle aduaneiro, por meio de registros de imagens.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108978

- **Portaria ME Nº 158, de 15 de abril de 2020 – Publicado(a) no D.O.U. de 16/04/2020** Altera a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980.
http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108607

- **Ato Declaratório Interpretativo Nº 2, de 31 de março de 2020 – Publicado no D.O.U. de 02/04/2020** Autorizado que a assinatura do conhecimento de carga, apresentado como documento para retirada de mercadoria em recinto alfandegado, seja realizado por representante legal do transportador, inclusive quando domiciliado no país. A única exigência é que esse representante seja legalmente constituído e habilitado pelo transportador.
  http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-declaratorio-interpretativo-n-2-de-31-de-marco-de-2020-250852410

- **Resolução (COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO) Nº 1, de 23 de março de 2020 – Publicada no D.O.U. de 02/04/2020** Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.
  http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=36&data=02/04/2020&totalArquivos=167

- **Resolução CAMEX Nº 28, de 1º de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 03/04/2020** Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
  http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/04/2020&jornal=515&pagina=63

- **Resolução CAMEX Nº 29, de 1º de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 03/04/2020** Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários.
  http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/04/2020&jornal=515&pagina=64

- **Resolução CAMEX Nº 30, de 1º de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 03/04/2020** Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-Tarifários.
  http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/04/2020&jornal=515&pagina=64

- **Resolução CAMEX Nº 31, de 07 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 08/04/2020** Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
  http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-31-de-7-de-abril-de-2020-251704729

- **Resolução CAMEX Nº 32, de 16 de abril de 2020 – Publicado no D.O.U de 17/04/2020** Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
  http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-32-de-16-de-abril-de-2020-252936813

- **Resolução CAMEX Nº 33, de 29 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 30/04/2020** Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
  http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-33-de-29-de-abril-de-2020-254678440

- **Resolução CAMEX Nº 34, de 29 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 30/04/2020** Altera o Anexo Único da Resolução Nº 17 do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, de 17 de março de 2020.
  http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-34-de-29-de-abril-de-2020-254678630

- **Circular SECEX Nº 28, de 24 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 27/04/2020** Encerra, sem análise de mérito, a investigação da prática de dumping nas exportações para o Brasil de anidrido ftálico (NCM 2917.35.00), originárias de Israel e da Rússia.
  http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/gab/circulares_secex_2020/Circular_SECEX_28_2020.pdf

- **Circular SECEX Nº 29, de 24 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 27/04/2020** Dispõe sobre a realização de consulta pública, cuja finalidade consiste em angariar sugestões que possam aprimorar o conteúdo das seguintes propostas de portaria: Pré-pleitos; Preço provável; Art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013; e Prorrogação de direito antidumping em montante inferior.
http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/gab/circulares_secex_2020/Circular_SECEX_29_2020.pdf

- **Resolução de Diretoria Colegiada (Anvisa) - RDC Nº 365, de 1° de abril de 2020 – Publicada na Edição Extra do D.O.U. de 01/04/2020** Publicada redistribuição de diretorias da Anvisa, realocando-as considerando o fim do mandato do agora ex-diretor Fernando Mendes. O diretor-presidente substituto, Antonio Barra, assume a 3ª e 4ª diretorias, antes conduzidas por Mendes.
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-365-de-1-de-abril-de-2020-250711257

- **Resolução de Diretoria Colegiada (Anvisa) - RDC Nº 369, de 08 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 09/04/2020** Publicada definição de ocupação de diretorias vagas da Anvisa pelos diretores substitutos designados por decreto presidencial publicado na 3ª feira (07/04). Os novos diretores assumiram a Terceira, Quarta e Quinta Diretorias. Com a recomposição, a Diretoria Colegiada (DICOL) da Anvisa tem seu quórum restaurado, tendo reunião pública agendada para o dia 28/04.
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-369-de-8-de-abril-de-2020-251908779

- **Portaria (Anvisa) Nº 353, de 13 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 15/04/2020** Publicada designação de Rodolfo Navarro Nunes como gerente-geral substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF). Na prática, a designação de Comércio Exterior Nunes como substituto torna-o gerente-geral em exercício, uma vez que Marcus Aurélio de Araújo, titular da GGPAF, atualmente responde pela 5ª Diretoria da agência. Nunes assume o posto de substituto em lugar de Gláucia Lima, que deixa a área de Controle Sanitário de Produtos e Empresas (GCPAF) para ser assessora de Marcus Aurélio na 5ª Diretoria. Nunes é o atual Gerente de Infraestrutura, Meio de Transporte e Viajantes (GIMTV, área de fiscalização de portos/aeroportos, aeronaves/embarcações, passageiros e tripulantes, etc.) e responderá interinamente também pela Gerência de Controle Sanitário de Produtos e Empresas (GCPAF, área de fiscalização dos produtos importados e exportados).
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-353-de-13-de-abril-de-2020-252507107

- **Resolução ANTAQ Nº 7.653, de 31 de março de 2020 – Publicada no D.O.U. de 02/04/2020** Revisa e consolida as medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário e das instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-7.653-de-31-de-marco-de-2020-250914597

- **Portaria ANTT Nº 102, de 30 de março de 2020 – Publicada no D.O.U. de 03/04/2020** Considerando a Resolução ANTT nº 5.879/20, que flexibilizou os prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, a ANTT suspendeu a vigência da Portaria SUROC nº 19/20, que define os procedimentos para cadastramento da Operação de Transporte e correspondente geração do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), quando realizados por meio das Instituições de Pagamento Eletrônico de Frete (IPEFs). A portaria está suspensa até posterior publicação de ato normativo sobre a matéria. Os regulados pela Resolução ANTT nº 5.862/19 deverão utilizar a versão e a regras do sistema informatizado atualmente disponibilizado pela ANTT (Resolução nº 3.658/11, antiga Lei do CIOT). A suspensão ocorreu devido à crise da Covid-19.
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-102-de-30-de-marco-de-2020-251065270

- **Resolução ANTT Nº 5.883, de 07 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 09/04/2020** A Diretoria Colegiada da ANTT referendou a Resolução nº 5.879/20 que dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5.883-de-7-de-abril-de-2020-251907755

- **Circular BCB Nº 4.002, de 16 de abril de 2020 – Publicada no D.O.U. de 20/04/2020** Ampliado para 1.500 dias o prazo máximo entre contratação e liquidação do contrato de câmbio de exportação. O prazo anterior era de 750 dias e o exportador tinha que observar ainda um prazo intermediário de 360 dias para embarque. O exportador terá mais tempo para produzir e providenciar o embarque da mercadoria ou para prestar o serviço, com maior flexibilidade para renegociações de pagamento. Vale para contratos de câmbio celebrados a partir de 20/03 ou data anterior com a situação regular

na referida data. Depende da concordância das partes no contrato de câmbio. Houve também aumento de prazo para o pagamento antecipado de importação, de 180 para 360 dias. Entra em vigor hoje (20/04), ficando revogadas a Circular 3.982/20 (Pagamento antecipado de importação) e dispositivos contrários da Circular 3.691/20 (mercado de câmbio).
http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/circular-n-4.002-de-16-de-abril-de-2020-253191664

Atenciosamente,

Ricardo de Nobrega
Gerente de Comércio Exterior

Fontes consultadas para compilação de dados: *Presidência da República, Portal Legislativo, Ministério da Economia, Receita Federal do Brasil, Secretaria de Comércio Exterior, Câmara de Comércio Exterior, Anvisa, Antaq, ANTT, BCB e PATRI.*